

OS MODERNISTAS E A (DES)CONSTRUÇÃO DO INELUDÍVEL

*Dionísio Vila Maior**

Recebido: 12/10/2015
Aprovado: 30/10/2015

Resumo: Reflexão sobre alguns pontos centrais, no estudo do *discurso* estético-literário e ideológico modernista: a relação do *eu* individual com o *eu* coletivo; a dimensão carnavalesca do manifesto; a guerra almadiana e a (pre)visão do "homem completo"; o *gesto* vanguardista; o discurso literário e a *representação* da crise civilizacional; a "Grande Devastação" (por aqui se pressentindo a fundamentação de importantes matrizes teóricas que enquadram, variavelmente, a prática estética, mas essencialmente ideológica, dos mais interventivos modernistas portugueses); a *modernidade* e a "tradição oculta" de princípios humanistas essenciais.

Palavras-chave: Modernismo; Carnavalização; Guerra e crise; Gesto vanguardista; Modernidade

THE MODERNISTS AND THE (DE)CONSTRUCTION OF OBVIOUS

Abstract: We will study some key issues of the aesthetic-literary and modernist ideological discourse: the relationship between the individual self the collective self; the carnivalesque dimension of the manifest; the almadian's war and the prediction of the "whole man"; the avant-garde *gesture*; the literary discourse and the *representation* of the civilizational crisis; the "Great Devastation" (finding here the reasons of important theoretical frameworks that fall variously aesthetic and ideological practice of some Portuguese modernist); modernity and the "hidden tradition" of essential humanitarian principles.

Keywords: Modernism; Carnivalization; War and crisis; Avant-garde gesture; Modernity

1. Num "discurso futurista" pronunciado numa *Reunião de artistas no banquete de homenagem ao distinto pintor João Vaz* (e publicado no *Diário de Lisboa*, a 15 de Dezembro de 1921 [NEGREIROS, 1988, p. 57-58]), o futurista Almada Negreiros, recorrendo às virtualidades expressivas da cadência anafórica, assevera:

Eu aprendi com os conselhos de Deus a estar só e inocente.
Eu não odeio nem estimo ninguém, eu sei exactamente o que quero!
Eu não prefiro nem desprezo nada, eu sei exactamente o que faço.
Eu não tenho desejos nem remorsos, eu sou homem do meu século, eu conheço exactamente todos os números!
Eu não sou pessimista nem optimista, entre mim e a vida não há nenhum mal-entendido,
eu sou exactamente um homem do nosso século! (*id.*: 58)

É nestas palavras sintomático o valor expressivo conferido por Almada a si próprio, por intermédio de um *eu* que aparece simetricamente distribuído no início de cada frase,

* Professor Doutor na Universidade Aberta de Lisboa / CLEPUL.

acabando o autor por enfatizar a caracterização de si mesmo e por conferir um encadeamento bastante expressivo a um texto cujos intuitos autorretratistas parecem indiscutíveis. Ora, esses intuitos sustentam-se num plano existencial que acaba por ilustrar um posicionamento do *eu* perante o mundo que o rodeia. Esse posicionamento, por um lado, traduz-se no afastamento do *eu* em relação àqueles com os quais se incompatibiliza (afastamento esse que ele aprendeu a dominar com convicção, pois sabe “exactamente” aquilo que quer); por outro lado, manifesta-se na assunção de uma atitude em plena sintonia com o século XX. Note-se, contudo, que, se Almada afirma “eu sou homem do *meu* século” [it. nosso] (garantindo, assim, o seu afastamento, quando exclama “eu sou exactamente *um* homem do *nosso* século!” [it. nossos]), também não deixa de veladamente criticar os que não vivem com intensidade a sua época, como ele o faz, querendo indicar por esse prisma que todos (já que é do “nosso século” que se trata) *deveriam* (ou, por uma outra perspectiva, toda a sua geração deveria)¹ identificar-se nessa atitude.

Entretanto, importa sublinhar que o *eu* a que Almada com alguma frequência recorre ao longo da sua produção literária e manifestatária deve ser assumido com um alcance não só estritamente pessoal e individual, mas também mais abrangente e geral. É o próprio quem o diz, n’*A invenção do dia*: “Quando digo Eu não me refiro apenas a mim, mas a todo aquele que couber dentro do jeito em que está empregado o verbo na primeira pessoa” (NEGREIROS, 1990, p. 166). Já a esta problemática se referiu Jorge de Sena, num ensaio intitulado “Almada Negreiros poeta” (SENA, 1990, p. 20), ao defender a noção de que, neste cenário, não se trata obviamente da “identificação romântica em que a pessoa se identifica com a subjectividade do poeta” — vendo, aliás, nesse corte com o Romantismo uma das características do Futurismo. E, ao assumir o *eu* como entidade indissociável (tanto no plano estético-literário, como no plano empírico) de um problema cuja especificidade diz respeito não só ao sujeito individual, mas igualmente ao Homem, visível na forma como no *eu* se conglutinam todos os sujeitos (o *eu* é “a única palavra [...] comum a todas as pessoas”, afirma-lo-á na peça *Galileu, Leonardo e Eu*, de 1965 [NEGREIROS, 1993b, p. 232]), ao assumir isso, dizíamos, Almada pretenderá contribuir para resolver a dialética entre o

¹ Note-se que a conotação aqui emprestada ao termo “geração” não é certamente a mesma com que, quatro anos antes, no início do um outro manifesto seu (o *Ultimatum Futurista às Gerações Portuguesas do Século XX*), Almada se referira à “geração” do *Orpheu* — a “geração construtiva” (NEGREIROS, 1993a, p. 37) —, à qual, segundo Luciana Stegagno Picchio, o autor atribui uma “conotação eufórica” — ao contrário do “significado negativo” que o mesmo termo “geração” veicula no *Manifesto Anti-Dantas* (PICCHIO, 1989, p. 234).

individual e o universal e, mais uma vez, entre o individual e o coletivo.

2. Na tentativa de atingir esse objetivo, torna-se sintomático, a este propósito, a posição crítica que, em *K4 O quadrado azul* (folheto publicado em 1917), o sujeito — que se apresenta antes do final dessa narrativa como “Eu [...], o poeta José de Almada-Negreiros” (NEGREIROS, 1989, p. 35) — adota em relação ao facto de pertencer à coletividade portuguesa, quando diz: “[...] Eu, que tantas vezes me excomungara por esta injustiça de Deus me ter feito homem, e mais ainda por esta infâmia de Deus me ter nascido português [...]” (*id.*: 22). É evidente que não significa isto que Almada se fecha nos limites do seu universo individual, rejeitando a coletividade e a Pátria portuguesas. Significa, pelo contrário, que Almada pretende que a coletividade portuguesa se corrija, mas que também o compreenda. No mesmo ano (1917), aliás, em Lisboa, no então Teatro República, declama, a 14 de Abril, o seu manifesto intitulado *Ultimatum futurista às gerações portuguesas do século XX* (que publicaria depois na revista *Portugal futurista*) (cf. NEGREIROS, 1993a, p. 37-43). Note-se como, logo desde o início do texto, também aí Almada manifesta uma presença muito forte e muito vincada do seu *eu*:

Eu não pertença a nenhuma das gerações revolucionárias. Eu pertença a uma geração construtiva.

Eu sou um poeta português que ama a sua pátria. Eu tenho a idolatria da minha profissão e peso-a. Eu resolvo com a minha existência o significado actual da palavra poeta com toda a intensidade do privilégio. [...]

Eu sou aquele que se espanta da própria personalidade e creio-me portanto, como português, com o direito de exigir uma pátria que me mereça. Isto quer dizer: eu sou português e quero portanto que Portugal seja a minha pátria.

Eu não tenho culpa nenhuma de ser português, mas sinto a força para não ter, como vós outros, a cobardia de deixar apodrecer a pátria.

Para além de claramente expressar algumas das suas orientações político-ideológicas (que vincam, entre outras, um posicionamento antirrepublicano), o que, para o presente contexto, importa realçar é o modo como Almada se caracteriza. Ao fazê-lo, recorre a enunciados arrojados, nos quais podemos ver a manifestação desabrida de um forte egotismo, bem evidenciado quer na reiteração anafórica da partícula “Eu”, quer no “direito”, que reclama como sendo seu, de “exigir uma pátria que [...] [o] mereça”. Recorde-se, aliás, que este manifesto se encontra estruturalmente enquadrado pelo apelo que Almada lança à “*pátria portuguesa do século XX*” por um levantamento das causas da decadência de Portugal (a

indiferença dos portugueses; a falta de sentimento patriótico; a literatura piegas e sentimentalista; a predileção pelas coisas estrangeiras) e pela tentativa de agir sobre o perfil ideológico e afetivo do(s) seu(s) destinatário(s).

Assim se esboçam, pois, alguns dos pontos de partida que demarcam transversalmente o discurso manifestatário de Almada (e, é certo, de outros modernistas, como Álvaro de Campos e António Ferro): o “egotismo aristocrático” (PICCHIO, 1989, p. 234), a “rígida ortodoxia profuturista” (*ibid.*), as afinidades quer com o “pré-fascismo de Marinetti”, quer com o “amoralismo nietzschiano, na sua feição mais [...] antidemocrática” (LOPES, 1987, p. 558), a imposição de uma asserção, de uma *verdade*, bem como a carnavalização do discurso ortodoxo e das instituições — entendendo-se por essa carnavalização a dinâmica de “excentricidade” que uma *inversão* de valores necessariamente acarreta (aspetos estes que já tivemos oportunidade de desenvolver [VILA MAIOR, 2011]).

3. Mas o que igualmente se torna importante destacar é a preocupação de Almada em encarar a guerra — não só “confronto bélico e armado”, mas também, e sobretudo, “guerra das palavras e das acções”, “guerra da vanguarda” (D’ALGE, 1989, p. 136) — como solução para a renovação de Portugal (NEGREIROS, 1993a, p. 38-39). Trata-se de uma “guerra” equacionada como solução vital (“a guerra resolve plenamente toda a expressão da vida”), permitindo não só fortalecer “os instintos e as vontades”, mas também despertar as capacidades criativas (“*acorda todo o espírito de criação e de construção*”); trata-se de uma “guerra” considerada como antitradicional, anticonvencional e antiacadémica (“*assassina*” “*o sentimentalismo saudosista*”, capaz de “apagar” “todos os ideais românticos e outras fórmulas literárias”), com potencialidade para “arruinar” “todas as proporções do valor académico, todas as convenções de arte e de sociedade”, geradora de virilidade e do instinto, confirmadora da Pátria como um valor supremo. Trata-se, em primeira e última instâncias, de uma guerra detentora de um efeito seletivo e purificador, criadora do “elogio dos Vivos”²:

[...] É a guerra que desclassifica os direitos e os códigos ensinando que a única justiça é a Força, é a Inteligência, e a Sorte dos arrojados.

[...] É a guerra que proclama a pátria como a maior ambição do homem. É a guerra que faz ouvir ao mundo inteiro plo aço dos canhões o nosso orgulho de Europeus.

² Sobre a “guerra” almadiana, veja-se LIND, 1981, p. 206; MCNAB, 1984, p. 108-109; LOPES, 1987, p. 559; D’ALGE, 1989, p. 136 ss.

Enfim: *a guerra é a grande experiência*. Contra o que toda a gente pensa a guerra é a melhor das seleções porque os mortos são suprimidos pelo destino [...].

[...] Na guerra os fortes progridem e os fracos alcançam os fortes.

Portugal é um país de fracos. Portugal é um país decadente [...].

Almada apontará, depois, as causas da decadência de Portugal, já entretanto acima referidas e, logo a seguir, as soluções para transcender essa decadência, adotando um discurso fortemente injuntivo a que uma figuração agónica não é alheia, pela via destrutiva e pela via apologética; e é por esta segunda via que Almada elogia todas as formas que representem a vitalidade e a modernidade, como a hora presente, o cosmopolitismo (“É preciso criar e desenvolver a actividade cosmopolita”) e os “criadores” do século XX (“Edison, Marinetti, Pasteur, Elchriët, Marconi, Picasso, e o padre português Gomes de Himalaia”). Caberá ao povo português destruir o passado e cantar a modernidade e a pátria portuguesa do século XX: “[...] é preciso criar a pátria portuguesa do século XX. / DIGO SEGUNDA VEZ: é preciso criar a pátria portuguesa do século XX. / DIGO TERCEIRA VEZ: é preciso criar a pátria portuguesa do século XX”. Essa possibilidade, segundo Almada, será uma realidade, se o povo português adotar uma atitude ativa perante a vida. Se o povo português correspondesse, estaria criado o “Homem Definitivo”; o mesmo é dizer: estaria criada “a pátria portuguesa do século XX”. Porém, isto não significa que Almada não duvide do advento desse novo “Homem”, desse “novo povo” com uma nova mentalidade. Com efeito, a frase com que ele acaba este *Ultimatum futurista às gerações portuguesas do século XX* — “O povo completo será aquele que tiver reunido no seu máximo todas as qualidades e todos os defeitos. Coragem, Portugueses, só vos faltam as qualidades” (*id.*: 43) —, ainda que denotativamente se enquadre na crítica à sociedade portuguesa de então, também revela, no fundo, o ceticismo de Almada perante a regeneração dessa sociedade. Mas mais do que isso, o que interessa fundamentalmente reter é o facto de Almada terminar o texto com uma ideia que nos remete novamente para a presença de um *eu* cada vez mais fortalecido. E isso é visível pela forma como ironicamente deprecia os “Portugueses” — sendo, afinal, o *eu* que acaba por prevalecer em relação à coletividade portuguesa, já que se deduz que aquelas “qualidades”, que ela não tem, possui-as ele. Seguindo linearmente este raciocínio, seria então ele, Almada, com o seu “organismo transbordante”, o “Homem Definitivo”, o “homem completo” (*id.*: 37).

4. Quaisquer que sejam os termos em que se aborde esta questão (o antagonismo

agónico do *eu* futurista relativamente à coletividade), ou em que se encare esse *gesto* futurista em Almada, Álvaro de Campos, ou António Ferro — presente no plano teórico, no texto programático, ou na produção literária —, o que não se pode negar é que esse seu *gesto* (e os textos de Almada são, a esse nível, nucleares) tem mediatamente que ver com um contexto sociocultural cujos contornos gerais configuram um estado geral de crise de valores — crise esta que desde o final do século XIX se vai delineando insidiosamente na civilização europeia (atingindo o seu ápice na I Guerra Mundial) e marcando profundamente os nossos modernistas.

Não se torna por isso estranho que um Pessoa — ainda que, em 2 de setembro de 1914 (em carta enviada a Armando Côrtes-Rodrigues), se sinta distante do cenário da guerra (“lá fora é guerra”, escreve [PESSOA, 1986a, p. 166]) — acabe por mostrar posições ambivalentes relativamente a esse acontecimento bélico mundial: em 1915 e em 1919, concorda com a noção heraclitiana da guerra como “essência de toda a vida”, da guerra como “mãe de todas as cousas” (PESSOA, 1986c, p. 295, 789 e 1056); também em 1919, justifica a necessidade da guerra para a transformação “afetiva” de uma “nação inteira” (*id.*: 770), necessidade essa, aliás, reforçada por dois *outros eus*: António Mora — quando defende a não neutralidade de Portugal e fundamenta a inevitabilidade da guerra ao inimigo de uma nação (“podemos perfeitamente combater um homem ou uma nação, cuja razão em nos ser inimigo reconhecemos” [LOPES, 1990, p. 460]) — e Bernardo Soares — que ampara a noção da construção da identidade e da consciência alteronímica provocadas pela guerra (“só no amor ou no conflito tomamos verdadeira consciência de que os outros têm sobretudo alma” [PESSOA, 2010a, p. 214]).

Ora, o testemunho de Soares assume, neste contexto, um significado especial. E esse testemunho vale por mediatamente apontar para a noção de crise geral em que a sociedade se confinou, [também] nos anos imediatamente anteriores à I Grande Guerra. Tratava-se, afinal, da crise de valores de uma época que (afirma Pessoa em 12 de Setembro de 1914, no primeiro texto ficcional por si publicado, intitulado *Crónicas decorativas*) “ganhou o duro nome de científica” (PESSOA, 1986b, p. 371). Variavelmente, aliás, Pessoa (ortónimo, ou pela *voz* de *outros eus*) aprecia negativamente os traços que caracterizam o final do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX: degradação social, alienação e cansaço — escreve-o quer pela *voz* do poeta e ensaísta Jean Seul de Méluret (LOPES, 1990, p. 202), quer, repetidamente, pela *voz* de António Mora (PESSOA, 1966, p. 299-300; LOPES, 1990, p. 447,

410, 458); sobrevalorização do espírito prático e da técnica em todos os domínios (o tecnológico, industrial e militar, inclusive [PESSOA, 1966: 278; PESSOA, 1986c: 66]); conseqüente escassez imaginativa (PESSOA, 1986c: 96), engano civilizacional e perda do respeito pelo passado (PESSOA, 1986b, p. 761, 928) — salienta, de novo, pela *voz* de Bernardo Soares. Também por esse motivo se não pode desvincular o *discurso* teórico, manifestatário e literário dos nossos modernistas de algumas coordenadas contextuais que os envolveram (recorde-se que os nossos modernistas nascem na década de 80 e 90); acrescente-se ainda a isso a circunstância de terem participado de quadros de referências culturais, literárias e artísticas semelhantes, pelo que facilmente se compreenderá como muitas das suas reflexões provam mediatamente, mas decisivamente, um sentido geral de fragmentação estético-ideológica que envolvia a sociedade.

Esse problema, aliás, não só se encontra solidamente associado ao intenso desassossego e ao profundo sentimento de derrotismo que contornava a Europa, mas também obriga a não ignorar a configuração de um quadro geral de *crise*, onde prevalece a subversão das relações humanas, em concordância com a desordem interior de um *sujeito* que acaba por sofrer com o desenvolvimento tecnológico e com o aumento da insensibilidade e do calculismo. Mais: é sabido que o estado de instabilidade e indeterminação que a incerteza ou a interrupção do equilíbrio de um sistema, ou de um processo, provoca num indivíduo se encontra diretamente relacionado com a inexistência de uma solução para restabelecer o equilíbrio e a continuidade quebradas, de um modo mais ou menos temporário; mais ainda: o estado de incerteza poderá depender tanto da não resolução de um problema anterior à manifestação do estado de crise, como da própria resolução de um determinado problema (resolução essa que poderá causar, portanto, uma outra situação de crise) (FREUND, 1976, p. 106). Pessoa matizará esta ideia, ainda que por outras palavras, quando (no fragmento “Psicopatologia de assassino ocasional e de assassino nato”, que integra as *Novelas policiais da série ‘Quaresma, decifrador’*) fundamenta a “histero-epilepsia ocasional” do soldado (PESSOA, 1986b, p. 484), quando (nas *Crônicas da vida que passa*, em 15 de abril de 1915) legitima a articulação entre o soldado e o “fundo humano da violência e combatividade” (*id.*: 751), ou quando (num fragmento de uma série de textos sobre “A opinião pública”, publicados em *Ação*, em 1919) vai mais longe nas suas reflexões sobre a “necessidade” da guerra, alicerçando as noções de “progresso” e de “desenvolvimento civilizacional” sobre o sentimento de “ódio”: “[...] o ódio”, afirma, “é a fonte de toda vida psíquica”; e continua:

É do ódio entre homem e homem que a civilização nasce, é da concorrência entre homem e homem que o progresso surge, é do conflito entre nação e nação que a humanidade recebe o seu impulso (PESSOA, 1986c, p. 789-790).

5. Entretanto, o que acima de tudo interessa realçar é a *consciência* como, na Europa ocidental, o artista dos finais do século XIX e dos inícios do século XX reage de um modo geral, apontando a *sua* solução para uma época confirmada à catástrofe.

Por um lado (e a propagação do nitzschismo, do niilismo e do anarquismo comprovou isso mesmo), insurge-se sarcástica e libertariamente — posturas que, em última instância, resultariam no reconhecimento capital do "sentido de complexidade" de que fala Peter Faulkner (1977, p. 14), ou, pior, na agnição do efêmero: “[...] the impact of the First World War which persuaded poets of the younger generation that western culture was mortal” (SHORT, 1991, p. 293). Afinal, que outro sentido, que não esse, se encontrará nas palavras de Bernardo Soares, quando afirma que “Todos os ideais e todas as ambições são um desvairo de comadres homens. Não há império que valha que por ele se parta uma boneca de criança. Não há ideal que mereça o sacrifício de um comboio de lata” (PESSOA, 2010a, p. 177)? Que outra ilação, que não essa, se poderá retirar das palavras do menino Jesus de Alberto Caeiro, que “tem pena de ouvir falar das guerras” (PESSOA, 1986a, p. 752), ou das palavras de Caeiro, quando este atribui à guerra o “tipo perfeito do erro da filosofia” (*id.*: 797)? Que outra conclusão, que não essa, se poderá encontrar na escolha do modernista António Ferro, que timbrará a *sua* solução não com a construção de uma *estória* nos moldes como Caeiro o fez, antes com o registo manifestatário, justificando a necessidade de contrapor o jazz-band aos tempos de “treva” e “sofrimento” que um mundo “perdido, com Deus à cabeceira”, vivenciou (FERRO, 1987, p. 216, 222)?

A esse tempo “com Deus à cabeceira”, respondeu o artista e o escritor modernista, criando “the art of modernization”, “the literature of technology” — replicando ao sentido da incerteza com a incerteza do sentido traduzido pelo “linguistic chaos” em muito do seu discurso literário (BRADBURY, McFARLANE, 1991, p. 27); por outro lado ainda, partilhando o princípio geral segundo o qual a relação do sujeito-artista, do sujeito-escritor, com a sociedade se torna tanto menos precária quanto mais esse mesmo sujeito se inscrever ativamente no processo de transformação, estética ou social, do contexto que o rodeia. Essa relação manifestar-se-á, por exemplo, como já vimos, através da exploração estético-literária

da correlação *eu—outros*, ou de uma atitude cuja eficácia deve ser entendida em função da repercussão ao nível do grupo social (como, por exemplo, as que se encontram presentes no discurso de intervenção ou no discurso manifestatário e programático).

Não será por isso incorreto dizer-se que é também por aí que se pode compreender como as componentes temáticas e pragmáticas envolvidas pelo processo de atuação atinente ao *discurso* modernista, mas acima de tudo futurista, passam necessariamente por uma expressão teórico-programática, manifestatária e estético-literária visivelmente agónica — ou, como escreve Wladimir Krysinski: “Le récit futuriste serait une fable symbolique qui émane de discursivités collectives, une fable para-militaire. Sa stratégie se laisse interpréter ainsi: pour mieux convaincre, il faut préparer et utiliser le discours comme instrument de guerre” (KRYNSINSKY, 1980, p. 91). Seriam Campos e Almada quem melhor demonstrariam esse princípio: Campos, por exemplo — na sua *Ode triunfal* —, ao valorizar literariamente o seu creófilo prazer futurista com os “Progressos dos armamentos gloriosamente mortíferos!” e com as “guerras”, “tratados”, “invasões” (PESSOA, 1986a, p. 881, 884), ou ainda — no seu *Ultimatum* de 1917 —, figurando (pela subversão, provocação e linguagem imperativa) o seu insulto aos “mandarins da Europa” (PESSOA, 1986b, p. 1103); Almada, por seu lado, de modo bem explícito, quando — no texto *Manha e falso prestígio. Os dois males de que sofre a vida portuguesa*, que publica no *Diário de Lisboa*, a 3 de novembro 1933 — declara “a guerra ao empenho, à cunha, à apresentação, ao salamaleque, à porta travessa, à *côterie*, às amizades e às inimizades pessoais, e a toda essa gama de pechotice que medra e faz medrar a marmelada nacional” (NEGREIROS, 1993a, p.98), ou quando — n’*A cena do ódio* — deixa transparecer, praticamente contra tudo e contra todos, um implacável posicionamento crítico (de que se não isenta um desejo de revitalização sociocultural); e neste poema, futurista e sensacionista, bestializa o “Homem” que “inventou” “as Ciências e as Filosofias, / as Políticas, as Artes e as Leis” e alveja com predicados panúrgicos o “rotundo e pançudo-sanguessugo, / [...] desacreditado burguês apinocado” (NEGREIROS, 1990, p. 49, 56)].

Como se sabe, o *discurso* das primeiras vanguardas do século XX — sobressaindo por esse lado o Dadaísmo e o Futurismo (KARL, 1988, p. 22, 32, 348, 352) — não se fica apenas pela vinculação crítica a um grupo em particular, a burguesia³; ele estende-se a toda uma

³ Almada critica, ainda, a figura do burguês no artigo *O Diamante*, Álvaro de Campos, na *Ode triunfal*, na *Ode marítima* e no *Ultimatum*; António Ferro, em diferentes textos seus (nas *Cartas do Martinho I - O Martinho*; na *Teoria da indiferença*, n’*O elogio das boras*, n’*A idade do jazz-band*, Na *feira da Europa*, no “Prefácio” da peça *Mar alto*,

sociedade, ao seu crescente individualismo: “All such movements or tendencies by their very nature are adversary, but for several reasons in the decade of the war they took on qualities of demolition, not only of bourgeois society and state, but of the very relationship between people, or between people and objects” (KARL, 1988, p. 345); e o *discurso* futurista, em particular, será aquele que (pelo manifesto, pela poesia, pela música, pela pintura) melhor revelará a profunda crise civilizacional europeia, que acabaria por dramaticamente encontrar expressão na guerra de 1914-1918, na revolução russa de 1917, no fascismo e nazismo dos anos 20 e 30 e, finalmente, na II Guerra Mundial de 1939-1945. Se a essa noção não podem ser indiferentes os valores ideológicos que se encontram subjacentes à agressiva crítica iconoclasta do passado e à, também, agressiva ovação triunfalista de tudo o que represente a vitalidade, a hora presente e o cosmopolitismo, não pode igualmente ser a ela alheia a denúncia dos males de que, a um nível mais geral, enfermavam a humanidade (a “intrujice da Civilização e da Cultura”, escrevia Almada [NEGREIROS, 1990, p. 61]) — assim se intuindo e representando, no campo artístico, o irracionalismo e o absurdo dos anos que antecederam e que marcaram a I Guerra Mundial.

6. Também deste modo se presente a fundamentação de importantes matrizes teóricas que enquadram, variavelmente, a prática estético-ideológica de alguns dos nossos modernistas. Não o fizeram, sabemo-lo bem, de forma homogênea e concertada. Contudo, é possível neles entender a crítica à forma inábil da participação de Portugal na I Grande Guerra, ou os aproveitamentos políticos que dessa participação então foram feitos. Almada referir-se-á (em 1916, no seu *Manifesto da exposição de Amadeo de Souza-Cardoso*) à “incompetência com que Portugal participa na Guerra Europeia” (NEGREIROS, 1993a: 29); Pessoa, por seu lado, critica a “reles entrada na guerra europeia que fizemos” (bem como a “incompetência” e a “deselegância suprema” de alguns políticos portugueses de então, que compararam algumas personalidades que participaram na guerra aos grandes nomes da

na *Carta a Lucília Simões*, em *Colette, Colette Wilby, Colette*, no *Prefácio da República Espanhola...* E a figura do burguês encontra-se de igual modo presente, de forma pejorativa, em Mário de Sá-Carneiro (no que diz respeito aos hábitos sociais, alimentares e sexuais, características psicológicas e vida familiar daquele): em algumas cartas a Fernando Pessoa, datadas de 10 de Dezembro de 1912, 18 e 27 de Julho de 1914; nas novelas *Ressurreição*, *Loucura* e *O Incesto*. Por seu lado, de igual modo pelo Pessoa ortónimo o burguês é variavelmente referido: em textos ficcionais (como n’*O banqueiro anarquista*); em artigos de opinião (como *O caso mental português*); no conjunto de fragmentos textuais com o título de *Erostratus*; num texto intitulado *14 de Maio*; num texto em francês sobre a “actual ditadura à Mussolini” (posterior a 2 de Julho de 1932) (PESSOA, 1993, p. 370).

história de Portugal [PESSOA, 1986c: 560 e 559, respetivamente]), encarando, finalmente, a “intervenção na guerra” como uma “[...] obra, essencialmente, de comércio escuro” (*id.*: 580).

Por outro lado, é curioso a este propósito como Pessoa acaba também por exaltar a atitude bélica alemã, num poema sem data, atribuído a António Mora ("Na ponta de cada baioneta luzem os olhos de Kant") (LOPES, 1990: 275) — uma guerra que, segundo o mesmo Pessoa, se resume ao conflito entre “dois princípios sociológicos, entre dois critérios de civilização” (representados, de um lado, pela Alemanha, e, de outro, pela Inglaterra, França e Rússia), não representando as outras “pequenas nações [...], nenhuma delas, um critério civilizacional distinto [PESSOA, 1993: 957]); uma guerra que, até, segundo o próprio Pessoa, já começara muito antes de 1914, a partir do momento em que a filosofia romântica inglesa "preparara o terreno" para a “receção das ideias alemãs” (*id.*: 288) e indubitavelmente dera dimensão europeia às influências alemãs; uma guerra que, afinal, sempre existiu, escondida, no *adn* civilizacional. Tendo como base a guerra mundial de 14-18, e referindo-se ao discurso da profecia da Grande Guerra feita por Daniel e São João Evangelista, bem como aos ciclos que se repetem ao longo da história da civilização, escreve António Mora:

Aquilo a que nós chamamos a Grande Guerra é o princípio do fim antes daquela Grande Devastação simbolicamente profetizada pelo astrólogo Daniel e pelo Vidente de Patmos [refere-se ao apóstolo João] [...].
Esta grande luta é a manifestação no século vinte da antiga guerra que data do princípio das cousas. [...]
Ela é, em resumo, a eterna luta entre as forças da Luz e as da Treva, as lutas entre os representantes do Espírito e os da Matéria (PESSOA, 1986c, p. 414).

7. Atendendo, também, ao que ficou escrito, cremos, então, ser possível encadear as observações entretanto referidas com o âmbito ideológico mais vasto da *crise civilizacional* e da *crise do sujeito modernista*, crises essas que podem também conceituar-se como o culminar de um processo de crítica aos valores que estariam ligados à confirmação, no início do século XX, da *modernidade* segundo Jean-Marie Domenach — para quem a *modernidade* não constitui propriamente um período cronológico, antes um “estado de espírito” que se configura de forma definitiva e explícita no século XVIII (DOMENACH, 1986, p. 14). Tendendo para a delimitação de um cenário de relação próxima do Homem com o progresso da Ciência e com o capitalismo industrial — e de afastamento crítico em relação aos alicerces das sociedades

tradicionais, equacionadas como universos sociais estabelecidos em bases holísticas (*id.*: 16-17) —, esses valores (como a liberdade, a igualdade, a justiça, o racionalismo e o progresso) acabam por ser postos em questão. Criticados, ao longo do século XIX, pelos tradicionalistas, esses valores teriam, então, entrado em contradição quando compreendidos num processo histórico-cultural de rutura intrínseca com os próprios contornos ideológicos com que eram emoldurados. Segundo Domenach, podemos encontrar algumas incoerências da modernidade, que, a esse nível, os valores que integram o seu universo apresentam (*id.*: 127 ss). Uma delas é a que diz respeito à “contradiction entre la bourgeoisie et la classe ouvrière”, resultado procedente da oposição entre o proclamar da independência do indivíduo e o reclamar do valor de igualdade. E se essas variáveis podem ser contempladas sob o ângulo das “forças próprias” do indivíduo ou do poder do dinheiro, viabilizadas com o triunfo da modernidade (que renega a anterior concepção de distribuição social dos indivíduos, de acordo com o seu nascimento ou mérito), daquela contradição terá nascido o descontentamento social. Outra contradição da modernidade, segundo Domenach, incide sobre a relação ambígua, e de certa forma paradoxal, entre a reivindicação de valores como a liberdade e a igualdade e a reivindicação de valores como o direito à diferença. Esta conciliação tornar-se-ia desde logo difícil, pela confusão que dela eventualmente decorre — o que, por isso, e em última instância, com o regresso a uma concepção de sociedade de tipo holista (provocada talvez, segundo ainda Domenach, pelo geral “medo do Mesmo” a que as ideias de liberdade e igualdade conduzem), terá permitido, ao longo do século XX, o desenvolvimento dos regimes totalitários (na concepção mais *ampla* deste termo e conceito).

A aproximação das concepções alicerçadas na crítica aos valores da *modernidade*, na *crise do sujeito modernista* e na situação europeia durante os tempos da I Grande Guerra poderia então traduzir-se, neste contexto, na reação do homem dos finais do século XIX e inícios do século XX a um cenário de dissolução de valores — que passariam a ser entendidos como propostas conducentes à separação entre o indivíduo e a sociedade (apreendida, como já vimos, com atributos identificativos com um certo grau de decadência). “La première réaction”, diz-nos Domenach, “est libertaire: l’individu veut se dégager des contraintes”; e acrescenta:

Un nietzschéisme vulgaire envahit l’Europe de la fin du siècle, lorsque nihilistes russes, anarchistes et terroristes de tous les pays lancent leurs bombes contre les rois et les politiciens (l’une d’entre elles, à Sarajevo, en

juin 1914, va être l'occasion du déclenchement de la Grande Guerre) (*id.*: 130).

De qualquer forma, se, cem anos volvidos após o início da I Guerra Mundial, os nossos modernistas se confessassem terem sido incapazes de, na sua totalidade, aceitar ou criticar a guerra que o seu tempo vivenciou, restar-lhes-ia certamente o reconhecimento de que, afinal, os opostos por vezes se tocam, de que, afinal, individualismo e coletivismo, sentido e absurdo, acabam, por vezes, por conduzir a resultados semelhantes. Seria certo que à consciência dessas verdades sobreviria a inquietação e o ceticismo; mas não menos certo seria também a consciência da necessidade de renascimento dos princípios que constituem “a tradição oculta de todo o nosso estado civilizacional — os princípios guias da nossa comum mãe helénica, e de Roma, a nossa nutriz” (PESSOA, 1993, p. 302). E se alguém, por ventura, então os tivesse questionado sobre a sua crença nesse renascer futuro, provavelmente teriam respondido: "Sim, mas pelos princípios, pelos princípios!"

BIBLIOGRAFIA ATIVA

- FERRO, António. *Viagem à Volta das Ditaduras*. Lisboa: Empresa Diário de Notícias, 1927.
- FERRO, António. *Praça da Concórdia*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1929.
- FERRO, António. *Obras de António Ferro — Intervenção Modernista*. Lisboa: Verbo, 1987.
- FERRO, António. “[artigos vários]”, in LEAL, Ernesto Castro, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)* [“Antologia de António Ferro”]. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- LOPES, Teresa Rita. *Pessoa por conhecer — Textos para um novo mapa*. Lisboa: Editorial Estampa, Vol. II, 1990.
- NEGREIROS, José de Almada. *Obras Completas — Artigos no Diário de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. III, 1988.
- NEGREIROS, José de Almada. *Obras Completas — Contos e Novelas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. IV, 1989.
- NEGREIROS, José de Almada. *Obras Completas — Poesia, 2ª ed.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. I, 1990.
- NEGREIROS, José de Almada. *Obras Completas — Textos de Intervenção*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. VI, 1993a.
- NEGREIROS, José de Almada. *Obras Completas — Teatro*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. VII, 1993b.

- PESSOA, Fernando. *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação* [textos estabelecidos e prefaciados por G. Rudolf Lind e J. do Prado Coelho]. Lisboa, Edições Ática, 1966.
- PESSOA, Fernando. *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros]. Porto, Lello & Irmão Editores, Vol I, 1986a.
- PESSOA, Fernando. *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros]. Porto, Lello & Irmão Editores, Vol II, 1986b.
- PESSOA, Fernando. *Obras de Fernando Pessoa* [Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros]. Porto, Lello & Irmão Editores, Vol III, 1986c.
- PESSOA, Fernando. *Pessoa Inédito* [coordenação de Teresa Rita Lopes]. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.
- PESSOA, Fernando. *Edição crítica de Fernando Pessoa - Poemas de Ricardo Reis* [Edição de Luiz Fagundes Duarte]. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. III, 1994.
- PESSOA, Fernando. *Edição crítica de Fernando Pessoa – Livro do Desassossego* [Edição de Jerónimo Pizarro]. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. XII, Tomo I, 2010a.
- PESSOA, Fernando. *Edição crítica de Fernando Pessoa – Livro do Desassossego* [Edição de Jerónimo Pizarro]. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. XII, Tomo II, 2010b.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de. *Obras Completas de Mário de Sá-Carneiro — Cartas a Fernando Pessoa I*, 2ª ed. Lisboa: Edições Ática, 1992a.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de. *Obras Completas de Mário de Sá-Carneiro — Cartas a Fernando Pessoa II*, 2ª ed. Lisboa: Edições Ática, 1992b.

BIBLIOGRAFIA PASSIVA

- BRADBURY, Malcolm e McFARLANE, James [eds.]. *Modernism 1890-1930*. Harmondsworth: Penguin Books, 1991.
- D'ALGE, Carlos. *A experiência futurista e a geração de "Orpheu"*. Lisboa: ICALP, 1989.
- DOMENACH, Jean-Marie. *Approches de la Modernité*. Paris : École Polytechnique, 1986.
- FAULKNER, Peter. *Modernism*. London/New York: Methuen, 1977.
- FREUND, Julien. "Observations sur deux catégories de la dynamique polémogène. De la crise au conflit". *Communications*, 25, p. 101-112, 1976.
- KARL, Frederick, R. *Modern and Modernism. The Sovereignty of the Artist 1885-1925*. New York: Atheneum, 1988.

- KRYSINSKI, Wladimir. “Une automobile, une mitraillette, une gifle et un singe crevé: Marinetti et ses avatars slaves”. *Études Françaises*, 16, 3-4, p. 79-103, 1980.
- LIND, Georg Rudolf. *Estudos sobre Fernando Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.
- LOPES, Óscar. *Entre Fialho e Nemésio II*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- McNAB, Gregory. “Sobre duas “intervenções” de Almada Negreiros”. *Cadernos da Colóquio / Letras*, 2, p. 101-110, 1984.
- PICCHIO, Luciana Stegagno. “Il Manifesto come genere letterario. Premesse a uno studio dei manifesti modernisti portoghese e brasiliani: i manifesti portoghese”, *Studi in Memoria di Erida Melillo Reali*, Nápoles, Istituto Universitario Orientale, pp. 219-237, 1989.
- SENA, Jorge de. “Almada negreiros poeta”, in NEGREIROS, José de Almada, *Obras Completas — Poesia*, 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. I, p. 9-33, 1990.
- SHORT, Robert. “Dada and Surrealism”, in BRADBURY, Malcolm e McFARLANE, James [eds.], *Modernism 1890-1930*. Harmondsworth: Penguin Books, p.292-308, 1991.
- VILA MAIOR, Dionísio. “Le manifeste littéraire et la cohérence carnavalisée du discours moderniste portugais et brésilien”, in BESSE, Maria Graciete [org.]. *Le Futurisme et les Avant-gardes au Portugal et au Brésil*. Éditions Convivium Lusophone : Argenteuil, p.133-151, 2011.